



Processo: 003.674/2017-7

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João - PE

Responsável(eis): Pedro Antonio Vilela Barbosa, W.a.s.projetos e Construcao Ltda, Jose Genaldi Ferreira Zumba

Interessado(os): Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde

DESPACHO

Considerando que o Plenário do TCU, por meio do Acórdão 2.285/2022, Relator Ministro Antônio Anastasia, aprovou a recente Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que trouxe novas diretrizes relativas à regulamentação, no âmbito deste Tribunal, da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento, aplicando-se essa norma aos processos nos quais não tenha ocorrido o trânsito em julgado no TCU;

Considerando que os presentes autos foram julgados antes da edição da referida norma, tendo sido aplicada a jurisprudência até então em vigor no TCU para a análise da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória;

Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública e pode ser revista, de ofício ou mediante provocação da parte, em qualquer fase do processo pendente de apreciação;

Determino o retorno dos autos à unidade técnica especificamente para a análise da incidência de prescrição de acordo com os parâmetros fixados pelo novel normativo, com a urgência que o caso requer.

Devem os autos retornar a este Gabinete via Ministério Público.

À Secretaria de Recursos para adoção das providências.

Brasília, 25 de novembro de 2022

(Assinado eletronicamente)

Augusto Nardes
Relator